DEFESA DOS DIREITOS SOCIOAMBIENTAIS

PRIORIDADES PARA A SB 62

conectas direitos humanos

Conectas Direitos Humanos

A Conectas Direitos Humanos é uma organização não governamental, fundada em 2001, dedicada a fortalecer direitos humanos e reduzir desigualdades, com o objetivo de construir uma sociedade justa, livre e democrática sob a perspectiva do Sul Global. Para evitar retrocessos e denunciar violações, a Conectas atua em sistemas internacionais de direitos humanos, articula redes de cooperação, utiliza litígios estratégicos e desenvolve ações de comunicação e engajamento.

Prioridades da Conectas para a SB 62

FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

1. **Mobilizar, obrigatoriamente, U$1,3 trilhão anuais**, provenientes de recursos públicos de países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, a título de doação.

2. **Roadmap Baku-Belém** precisa apontar ações implementáveis, transparentes e monitoráveis para atingir U$1,3 trilhão de recursos até 2030. Além de equilibrar o financiamento de mitigação, adaptação, perdas e danos e excluir os combustíveis fósseis e projetos não alinhados com o 1,5ºc.

3. Artigos **2.1.(c)** e sua complementaridade e **9.5** do Acordo de Paris devem ser tratados de forma substantiva no provisionamento de fluxos financeiros com previsibilidade, equidade no acesso a recursos e na produção obrigatória de relatórios prospectivos.

4. **Implementar a Convenção das Nações Unidas para Tributação de Emissões de Carbono** (impostos aos emissores): estabelecer 2025 como prazo para o fim do subsídio aos combustíveis fósseis, abordando a crise da dívida externa e vinculando-a ao financiamento climático.

ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA

1. Consolidar, não mais que **100 indicadores robustos** e obrigatórios que contemplem meios de implementação e permitam monitoramento desagregado por gênero, raça, etnia, classe, idade, localização geográfica, deficiência e situação de emprego.

2. Formular **NAPs**, com prazos para entrega, previsão de capacitação estrutural e financiamento para que países mais vulneráveis possam produzir seus planos, alinhados ao GGA e a prioridades locais.

3. Utilizar espaço do Baku Adaptation Roadmap (BAR) para integrar os indicadores do GGA, NAPs, comunicação de adaptação, Relatórios Bienais de Transparência (BTRs) e outros instrumentos relevantes.

MITIGAÇÃO CLIMÁTICA

1. Colocar a **"justiça" no centro das negociações de Transição Justa**, com foco nas comunidades do Sul Global mais vulneráveis.

2. Avançar em um **texto-minuta** que reflita a multidimensionalidade do conceito: superar discursos genéricos e contemplar critérios de financiamento, mecanismos de cooperação internacional e participação social - incluindo povos indígenas e comunidades locais.

3. Estabelecer um **marco orientador** para que a transição justa seja aplicada a todas as esferas (trabalho, energia, comunidades vulneráveis) e deve abarcar aspectos sociais, econômicos e de justiça distributiva.

4. **Implementar o Mecanismo de Ação de Belém (BAM)** para assegurar, além do financiamento adequado, transferência de tecnologias e intercâmbio de conhecimento, que priorizem equidade e necessidades específicas do Sul Global.

5. **Implementar os resultados GST-1**, com um cronograma para o fim da produção e do consumo de combustíveis fósseis, limitando o aquecimento a 1.5oC, sob o princípio das "responsabilidades comuns, porém diferenciadas e suas respectivas capacidades" (CBDR-RC).

6. Implementar o GST-1 de modo que não fique restrito a temas de financiamento, mas aborde, de forma integrada, pautas como a redução ordenada de combustíveis fósseis, o desmatamento zero e a formulação de novas metas coletivas ambiciosas.

7. **Revisar o Diálogo Anual NDC-GST** com: aumento de ambição das NDCs, transversalidade da justiça climática, equidade, alinhamento com o objetivo de 1,5ºC e que sejam entregues antes de setembro.

8. Planejar de forma estruturada do **GST-2,** revisão das NDCs para que a COP 30 cumpra com a justiça climática e se alinhe com o 1,5ºC.

9. Debater, no âmbito do Programa de Trabalho de sobre **Ambição e Implementação da Mitigação (MWP)**, relatórios que orientem a COP 30 sobre boas práticas, gargalos e oportunidades de investimento.

10. Prorrogar o mandato do MWP: manter um fórum constante de alerta e facilitação técnica, priorizando os direitos indígenas, comunidades locais e proteção das florestas.